

Mitos sobre a educação no Brasil

16 JUN 1993

ESTADO DE SÃO PAULO

Yp2
JOSÉ GOLDEMBERG

Em torno da educação brasileira foram criados certos mitos que têm prejudicado seriamente a adoção das medidas necessárias para melhorá-la.

Os principais destes mitos são:

- Existem milhões de crianças fora da escola;
- Não existem salas de aula suficiente;
- O número de analfabetos continua crescendo;
- O número dos estudantes que completa o primeiro grau é ínfimo.

Pesquisas recentes do Ministério da Educação mostram que a verdadeira situação da educação nacional, no que diz respeito ao ensino fundamental, isto é, os oito anos de escolarização, são os seguintes:

Em 1988 existiam no Brasil 26,5 milhões de crianças de sete a 14 anos, das quais apenas 1,4 milhão (5,3%) não teve acesso à escola. Mais de dois terços delas se encontravam localizadas nas zonas rurais do Nordeste. Todas as outras, isto é, cerca de 95%, ou estavam na escola,



ou estavam aguardando ingresso, ou estiveram na escola e a abandonaram após alguns anos de estudo. Na realidade, o ideal da universalização do acesso à escola primária foi quase atingido no Brasil.

A situação física da rede escolar, que é sempre descrita como calamitosa, não é tão ruim como se pensa. A média para o Brasil é de que 44% dos prédios são considerados ótimos ou bons, 39% regulares e apenas 17% ruins ou péssimos. Estes números variam muito de Estado para Estado. No Rio Grande do Sul, 74% dos prédios são bons/ótimos e apenas 19% no Tocantins. No Ceará, apenas 6% dos prédios são ruins/péssimos. Praticamente todas as escolas da zona urbana têm energia elétrica, abastecimento de água e esgoto. As instalações sanitárias são consideradas boas ou regulares na maioria dos Estados. Os problemas sérios ocorrem na zona rural, onde não são apenas escolas que têm limitações, sobretudo as que são instaladas em fazendas. Existem mais de 100 mil destas escolas no Brasil; no total existem cerca de 500 mil salas de aula no País todo, suficientes para receber a população escolar, exceto nas periferias/favelas dos grandes centros urbanos.

A taxa da população brasileira que é analfabeto está caindo rapidamente: era de 50% em 1950 e caiu para 18% em 1990. São ainda muitos milhões de analfabetos, mas a maioria deles tem mais de 40 anos. Em 1950, apenas 38% das crianças de sete a 14 anos estavam na escola. Foi isso que gerou uma multidão de analfabetos, a grande maioria dos quais com rendimento mensal abaixo de meio salário mínimo. Aqui, pobreza e analfabetismo se misturam de forma inextrincável. A eliminação da miséria tem sido elemento básico para a redução do analfabetismo, não só no caso do Brasil, mas no mundo todo. Hoje, 95% das crianças vão à escola e lá, pelo menos, elas se alfabetizam. É, portanto, equivocada a política de concentrar recursos na erradicação do analfabetismo dos adultos, uma vez que ela tende a cair naturalmente.

O número de estudantes que completa os oito anos de escolarização não é ínfimo. Em primeiro lugar, a Constituição estabeleceu oito anos como "ensino fundamental" no Brasil, o que é meta utópica. Fixar este nível de ensino em quatro ou cinco anos é usual em muitos países. As estatísticas, neste caso, não são muito boas, mas, pelo menos, 40% dos que ingressam no

primeiro ano completam cinco anos de escolarização, e pelo menos 18% completam oito anos, índice este que está crescendo. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, sabiamente, que os alunos que completarem cinco anos de escolarização receberão um certificado de conclusão, que é medida realista.

A razão por que os números referentes ao fluxo escolar são um pouco incertos é a seguinte: eles não levam em conta a repetência, que é elevada. Isso significa que muitos alunos completam oito anos de escolaridade com mais de 14 anos, que seria a idade em que eles o fariam se não houvesse repetência.

Em conclusão, o que se pode dizer é que muito da visão negativista que se tem da educação no Brasil é ligada realmente a mitos. Isso não significa que não existam problemas, como os da repetência e evasão, devidos, em boa parte, à qualidade dos professores. Entender claramente qual é o problema é, portanto, fundamental, porque permitirá dirigir os recursos públicos para a solução dos problemas reais.

■ José Goldemberg foi reitor da USP, secretário nacional da Ciência e Tecnologia e ministro da Educação